



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2023 PMBJI
(Processo Administrativo n.º 14742/2023)

ATENÇÃO

No acórdão TCU n.º 754/2015 – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o Edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos ilegais, v. g.: não manter a proposta, deixar de enviar documentação exigida, fazer declaração falsa, não assinar o contrato e etc., sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a penalidades, as quais serão apuradas em regular processo administrativo, Conforme instrução normativa 01, aprovada pelo Decreto Municipal 1819, de 12 de agosto de 2021.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO VEÍCULAR – VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.

Data da sessão: 26 de setembro de 2023

Horário: 09:00 h (nove horas) (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG 985811



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

ÍNDICE

| | |
|----|---|
| 1 | - PREÂMBULO |
| 2 | - DO OBJETO |
| 3 | - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO |
| 4 | - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO |
| 5 | - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO |
| 6 | - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 7 | - DO CONTRATO |
| 8 | - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS |
| 9 | - DO CREDENCIAMENTO |
| 10 | - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO |
| 11 | - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL |
| 12 | - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES |
| 13 | - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS |
| 14 | - DA HABILITAÇÃO |
| 15 | - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA |
| 16 | - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS |
| 17 | - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA |
| 18 | - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO |
| 19 | - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS |
| 20 | - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO |
| 21 | - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO |
| 22 | - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO |
| 23 | - DAS ORIENTAÇÕES SOBRE A ENTREGA DE PRODUTOS |
| 24 | - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS |
| 25 | - DO RECEBIMENTO DO OBJETO |
| 26 | - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO |
| 27 | - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**, situada à Rua Philomena Cyrillo, 50, Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-4503, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 090/2023**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 1.678, de 19/08/2020, Lei Complementar nº 123/06 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94 e Decreto nº 10024/19, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.1 . DO PREGÃO

1.2.1 - Limite do acolhimento das Propostas Comerciais: Dia 26/09/2023 às **09 (nove) horas**.

1.2.2 - Início da Análise das Propostas Comerciais: Dia 26/09/2023 às 09: 01 (nove horas e um minuto).

1.2.3 - Fim da Análise das Propostas Comerciais: Dia 26/09/2023 às 09: 51 (nove horas e cinquenta e um minutos).

1.2.4 - Abertura da sessão do Pregão Eletrônico: Dia 26/09/2023 às 10: 00 (dez horas).

1.3 - Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.3.1 - Formulário de Proposta – Anexo I

1.3.2 - Termo de Referência – Anexo II

1.3.3 - Minuta do contrato – Anexo III

1.3.4- Declarações Consolidadas – Anexo IV

1.3.5 - Requerimento de Benefício do Tratamento Diferenciado – Anexo V

1.4 - O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da PMBJI, a saber, <https://bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

O (A) Pregoeiro (a) Oficial desse certame é o (a) senhor (a) **ELEANDRA GONÇALVES DE SOUZA**, auxiliado (a) pelo Senhor, **LUCAS ARAUJO SILVA, HÉBER SILVA SOUZA E CAROLINA TURQUES DO CARMO MENDONÇA**, integrantes da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 040/2022.

2 – DO OBJETO

2.1– CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO VEÍCULAR – VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ, conforme condições e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II**, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.

2.2- É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

2.3- Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.

3 - DO CONTRATO

3.1 - O prazo de vigência da contratação que decorrer desta licitação será de 12 (doze) meses.

Os contratos, em que os prazos poderão ser prorrogados mantidos as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º e/ou no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (AMPLA CONCORRÊNCIA):

4.1- - PODERÃO PARTICIPAR PARA ESSA LICITAÇÃO EMPRESAS INTERESSADAS DO RAMO DE ATIVIDADES PERTINENTES AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO QUE ATENDAM ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO, QUE:

4.1.1 - estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

4.1.2 - comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

4.2- Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3 Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.2 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.3 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.4 Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.5 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.6 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.7 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.8 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

4.3.9 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.10 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.11 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3.12 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5- DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1 - O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 121.955,45 (cento e vinte e um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme os valores constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital.

6- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0106.2737.2737

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 629

Fonte: 621.621

Recurso:

() Municipal

(X) Estadual

-100%

() Federal

() Convênio

7- DO CONTRATO

7.1 - O contrato será formalizado por intermédio da **MINUTA DO CONTRATO - ANEXO III**, nas condições previstas neste edital.

8 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1 - **Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.**

8.2 - Os contratos, em que os prazos poderão ser prorrogados mantidos as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º e/ou no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

9- DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

9.1.1 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-100-digital>, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

- 9.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 9.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 9.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.5 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1– Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 10.2- O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 10.3- Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 10.4- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.5- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.6- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 10.7- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

10.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.9 - As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

10.10 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

10.11 - O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

10.12 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerão às últimas;

10.13 - Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

10.14 - Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1 - Valor unitário e total do item;

11.1.2 - Marca;

11.1.2.1- Tratando-se de marca própria, a empresa deverá preencher no sistema marca própria, visando não identificar a empresa, conforme 10.9 do edital.

11.1.3 - Fabricante;

11.1.4 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

11.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

11.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

11.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

11.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

12 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 - No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no termo de referência, parte integrante do edital;

12.1.1- Todas as comunicações dos licitantes durante a sessão pública de licitação deverá ser realizada através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br

12.2 - O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

12.3 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

12.4 - O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

12.5- As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

12.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.6.1 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.6.2 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

12.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

12.9 -- Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.10 - O lance deverá ser ofertado por item unitário.

12.10.1- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.10.2- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

12.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.13. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

12.18. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- 12.23.1- no país;
- 12.23.2- por empresas brasileiras;
- 12.23.3- por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 12.23.4- por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

12.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.27. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.28 - Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, devendo facultar ao proponente a oportunidade de confirmar o valor em questão. Na hipótese de não confirmação, o pregoeiro, excluirá o referido valor, sem prejuízo de oportunidade ao proponente de reformular novo lance;

13 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 8º do art. 26, do Decreto nº 1.678/2020, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto nº 1.678/2020;

13.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

13.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.6.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro;

13.6.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

13.6.3 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

13.6.4 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

13.6.5 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

13.6.6 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

13.6.7 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

13.6.8 - Nos itens definidos como cota principal, logo, NÃO exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativa Equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no subitem 7.25 e seguinte, se for o caso;

13.6.9 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14 - DA HABILITAÇÃO

• Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

• Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

• A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

• Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

• A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

• O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**
- O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.1 - OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

14.2 - HABILITAÇÕES JURÍDICA

14.2.1 - Cópia da Cédula de Identidade dos responsáveis legais da empresa (conforme o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor) ou outros documentos de identificação com foto; (Caso houver mais de um sócio, deverá ser encaminhado de todos os sócios).

14.2.2- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.2.3 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Comissão Permanente de Licitação

sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.2.6- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

14.3 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

14.3.1- Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ);

14.3.2 - Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal**, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

14.3.3 - Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante;

14.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** – FGTS;

14.3.6- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

14.3.7 - Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela **Procuradoria Geral do Estado**.

14.3.8 - Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

14.3.9 - Os documentos relacionados no subitem 9.3 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

14.3.10 - As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.3.10.1 – No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro.

14.3.10.2 – A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Comissão Permanente de Licitação

prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

14.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

14.4.1 – Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (**falências e concordatas**), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

14.4.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 14.4.1, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

14.5- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.5.1 - Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

14.6 - DECLARAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

14.6.1. Declarações, conforme modelo do ANEXO IV em original, contendo as seguintes declarações expressas:

1) **Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos**, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8666/93.

2) **Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento**, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ;

3) **Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa**, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

4) **Declaração atestando a Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo** de sua habilitação;

5) **Declaração que cumpre com todos os requisitos do edital** para sua habilitação;

6) **Declaração da licitante, sob penas do art. 299 do Código Penal**, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto no contrato;

7) **Declaração de ciência** de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Comissão Permanente de Licitação

objeto desta licitação, bem como aceitamos na íntegra todas as condições deste edital, ressalvado o nosso direito recursal;

8) **Declaração de enquadramento e requerimento do benefício do tratamento diferenciado para microempresas ou empresa de pequeno porte** conforme exigível no § 2º do artigo 13º do Decreto Federal nº. 8.538/2015 que está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos, deverá apresentar a declaração de enquadramento em um dos dois regimes, conforme Modelo **Anexo V** em original e deverá apresentar ainda:

14.6.2. CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL da Sede da Licitante, onde consta a opção de ME/EPP, ou, comprovante de OPÇÃO PELO SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

14.6 - DA DOCUMENTAÇÃO

14.6.1. A documentação relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

14.6.2 - Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMBJI, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 14.2.1, 14.2.2, 14.2.3, 14.2.4, 14.2.5 e 14.3.1 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

14.6.3- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

14.6.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

14.6.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

14.6.6 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

14.6.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.6.8 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

14.6.9 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.6.10 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;

14.6.11 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

14.6.12 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

14.6.13 - As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

14.6.14 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante.

15 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

15.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

15.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

15.1.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

15.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

15.1.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

15.1.6 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

15.1.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

15.1.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

15.1.9. O pregoeiro poderá no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

15.1.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 15.1.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo 24 horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

15.1.10. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias.

16 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

16.2- Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

16.3- A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

16.4- Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

16.5- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

18 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

18.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

19.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.3.10.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

19.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

19.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

19.5- Em caso de atraso no **fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

19.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

20 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

20.2- A impugnação e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizada por forma eletrônica através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br.

20.3- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

20.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

20.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do email ;

20.6- O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

20.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

20.8- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

20.9- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

21.1 – Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

21.2 – A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

21.3 – No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22- DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1- Decidido os recursos e homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do contrato.

22.2 - A assinatura do contrato dar-se-á através de termo próprio (Anexo III) no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a convocação do licitante vencedor para sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado à critério da Administração.

22.3 - É facultado ao Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, quando a empresa convocada não assinar o termo de Contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

22.4 – A fiscalização do(s) contrato(s) oriundos deste Pregão será (ao) de responsabilidade da(s) Secretaria(s) requisitante(s).

22.5 – O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo parágrafos do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

23- DAS ORIENTAÇÕES SOBRE A ENTREGA DOS PRODUTOS

23.1- Os produtos deverão ser entregues com observância de todas as normas dispostas no Edital, bem como seus anexos, especialmente o Termo de Referência e ata de registro de preços cuja minuta encontra-se anexa.

24- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1- No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, o **FUNDO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

24.2- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.2.1- não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.2.2- não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.2.3- apresentar documentação falsa;

24.2.4- deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.2.5- ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.2.6- não mantiver a proposta;

24.2.7- cometer fraude fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

24.2.8- comportar-se de modo inidôneo;

24.3- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4- O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.5- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

24.6- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.7- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

25. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na instrução normativa 01 de 12 de agosto de 2021, aprovada pelo Decreto Municipal nº 1819, de agosto de 2021.

26. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.2- As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

legais cabíveis.

24.3- As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.3- A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.4- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

25- DO RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1- A cada pedido, o recebimento provisório do objeto será efetuado pelo **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana, para posterior verificação da conformidade do material com a especificação, nos termos do art. 73, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

25.2- Verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus do fornecedor, imediatamente, impraticável a prorrogação do prazo de entrega.

25.3- A cada pedido, o recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que ocorrer o recebimento provisório, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital. O recebimento definitivo, não excluirá a responsabilidade do fornecedor pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

25.4- O aceite/aprovação dos produtos pelo **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana, não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital.

26. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1- A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

26.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, Rua José Bastos Borges, nº. 704, altos, Bairro Pimentel Marques – Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

26.3- A Secretaria solicitante efetuará o pagamento à empresa contratada, **em até trinta dias**, após o recebimento, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, através de transferência bancária para a conta da empresa, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada e processada, acompanhadas das certidões negativas de FGTS, INSS, Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos com a Municipalidade e Certidão da Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

Estadual segundo a legislação vigente.

26.4- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

26.5- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal de Saúde, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**.

26.6- Caso o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ** através do Fundo Municipal de Saúde Bom Jesus do Itabapoana, efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

26.7- Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

27- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico;

27.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

27.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

27.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

27.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

27.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

27.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ;

27.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público;

27.9 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes> e O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Também poderá ser lido ou obtido cópia no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, localizado à Av. Gov. Roberto Silveira, nº 68 – Centro, Telefone nº (22) 3833-9200, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados; Para obtenção de cópia impressa será necessário o fornecimento de uma resma de papel A4 com 500 folhas;

27.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

27.11 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

27.12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

27.13 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

27.14 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

27.15 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

27.16 - As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes> e no Diário Oficial do Município;

27.17 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

27.18 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado, ou anuladas por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

27.19 - A Administração poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

27.20 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

Bom Jesus do Itabapoana-RJ, 05 de setembro de 2023.

Márcia Alessandra da Silva Azevedo
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

AO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULAR – VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no(a) _____,

para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023-PMBJI**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

| ITEM | PRODUTO | UNID. | QUANT. | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO GLOBAL |
|------|---|-------|--------|-------|----------------|--------------|
| 1. | FIAT ARGO TREKKING: Placa: RKQ-9J57 Chassi: 9BD358AGZPYM72772 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01348266497 a) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00 ; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim ; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL . | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|----|--|------|--|--|--|--|
| 2. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J55 Chassi:9BD358AG ZPYM73009Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINACor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01348264354</p> <p>a) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 3. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J61 Chassi:9BD358AG ZPYM79026Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINACor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759284</p> <p>h) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; i) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|----|---|------|--|--|--|--|
| | <p>– R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; j) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); k) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; l) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; m) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 4. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J63 Chassi: 9BD358AG ZPYM77393Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINACor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759969</p> <p>n) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; o) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; p) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); q) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; r) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; s) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 5. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J62 Chassi: 9BD358AGZPYM787 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|----|--|------|--|--|--|--|
| | <p>COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINACor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759683</p> <p>t) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; u) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; v) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); w) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; y) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 6. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J64 Chassi: 9BD358AG ZPYM77645Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINACor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350760290</p> <p>z) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; aa) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; bb) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); cc) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; dd) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; ee) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 7. | <p>FIAT TORO FREEDOM;</p> <p>Placa: RKQ-9J56 Chassi: 9882261R</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|----|---|------|--|--|--|--|
| | <p>PPKE91764Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: TORO FREEDOM AT9 4X4 MARCA: FIAT COMBUS TIVEL: DIESEL Cor: BRANCO BANCHIS A FAB/MO D: 22/23 RENAVA M: 013482655 71</p> <p>a) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 8. | <p>MERCEDES-BENZ SPRINTER 415 CDI;</p> <p>Placa: KZK-7226 Chassi: 8AC906633KE156423 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIR O MODELO: 415 CDI SPRINTER MARCA: MERCEDES-BENZ COMBUSTIV EL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | RENAVAM: 01160136162 a) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00 ; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim ; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL . | | | | | |
| 9. | FIAT TORO FREEDOM Placa: LMY-8H28 Chassi: 988226165KKC64351 Tipo: CAMINHONETE Especie: PASSAGEIRO MODELO: TORO FREEDOM AT9 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: PRATA FAB/MOD: 19/19 RENAVAM: 01200140955 a) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00 ; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim ; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL . | UNID | | | | |
| 10. | FIAT TORO FREEDOM; Placa: LMN-2532 Chassi: 988226125JKB71893 Tipo: CAMINHONETE Especie: PASSAGEIRO MODELO: TORO FREEDOM MT D4 MARCA: FIAT | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|---|--|--|--|--|--|
| | <p>COMBUSTI VEL: DIESEL Cor: BRANC O FAB/MO D: 17/18 RENAVA M: 011476317 83</p> <p>a) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 11. | <p>RENAULT KWID;</p> <p>Placa: RIR-3A66 Chassi: 93YRBB001MJ773699 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: KWID ZEN 1.0 MT MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O FAB/MO D: 20/21 RENAVA M: 01256498 359</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE</p> | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|---|------|--|--|--|--|
| | (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; f) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: <u>NORMAL</u> . | | | | | |
| 12. | RENAULT MASTER NIKS; Placa: RKR-0E56 Chassi: 93YMAF4XELJ079571 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER NIKS 16 PMARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANC O FAB/MO D: 19/20 RENAVA M: 01226109 702 a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u> ; c) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; f) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: <u>NORMAL</u> . | UNID | | | | |
| 13. | RENAULT MASTER NIKS; Placa: RKF-0F94 Chassi: 93YMAF4XELJ079575 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER NIKS 16 PMARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | <p>Cor: BRANC O</p> <p>FAB/MO D: 19/20 RENAVA M: 01225769 571</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 14. | <p>VOLKSWAGEN KOMBI;</p> <p>Placa: LLE-9482 Chassi: 9BWMF07X6AP021520 Tipo: CAMIONETA Especie: PASSAG EIRO MODEL O: KOMBI MARCA: VOLKSWA GEM COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O</p> <p>FAB/MO D: 10/10 RENAVA M: 00224141 546</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; f) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL . | | | | | |
| 15. | CHEVROLET CELTA LT; Placa: LPV-8780 Chassi: 9BGRP48F0CG161217 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: CELTA 1.0L LT MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O FAB/MO D: 11/12 RENAVA M: 00327080 418 a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u> ; c) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; f) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL . | UNID | | | | |
| 16. | CHEVROLET MONTANA ; Placa: LMQ-5E88 Chassi: 9BGCA8030KB125692 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | <p>RENAVAM: 01173992836</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 17. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E89 Chassi: 9BGCA8030KB121425 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173996939</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 18. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E78 Chassi: 9BGCA8030KB125405 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173992178</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 19. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E80 Chassi: 9BGCA8030KB139471 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173992429</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 20. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E84 Chassi: 9BGCA8030KB139774 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173995088</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|---|------|--|--|--|--|
| | <p>b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;</p> <p>c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> <p>d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> <p>e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</p> <p>f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 21. | <p>TOYOTA ETIOS ;</p> <p>Placa: RIO-3A52 Chassi: 9BRK19BT1K2119533 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ETIOS HB X VSC MT MARCA: TOYOTA COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O FAB/MO D: 18/19 RENAVA M: 01164601 692</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;</p> <p>c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> <p>d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> <p>e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</p> <p>f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |
| 22. | <p>TOYOTA ETIOS ;</p> <p>Placa: RIO-3A57 Chassi: 9BRK19BT2K2119928 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ETIOS HB X VSC MT MARCA: TOYOTA COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O FAB/MO</p> | UNID | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | | | |
|-----|--|------|--|--|--|--|
| | <p>D: 18/19 RENAVA M: 01164616 657</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | | | |
| 23. | <p>FORD FIESTA ;</p> <p>Placa: KOS-4872 Chassi: 9BFZF54P4C8244305 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX MARCA: FORD COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANC O FAB/MO D: 11/12 RENAVA M: 00462701 913</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | | | |

A validade da presente proposta é de **60 (sessenta)** dias corridos, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110, da Lei nº 8.666/93.

Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo II**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **Contrato**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II

JUSTIFICATIVA

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de contratação de serviço de seguro de veículos para atender os veículos pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde.

O quantitativo foi formulado em cima dos veículos que deram fracassados no Pregão Eletrônico PMBJI Nº 026/2022 e inserido novos veículos adquiridos através do Pregão eletrônico 049/2022 da Secretaria Municipal de Saúde.

Por todo o exposto, declaro a adequação orçamentária e financeira do presente Pedido de Licitação, e solicito o Ilm^a Secretária Municipal de Saúde autorização para a realização do procedimento de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93.

ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS.

1. **Utilização do Sistema de Registro de Preços**

() Sim (x) Não

2. **Objeto, com especificações e quantitativos:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULAR – VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ, conforme descrições e quantitativos estimados abaixo.

| ITEM | PRODUTO | UNID. | QUANT. | PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$ |
|------|--|-------|--------|--------------------------|
| 1. | FIAT ARGO TREKKING; Placa: RKQ-9J57 Chassi: 9BD358AGZPYM7272 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01348266497 g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00 ; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km ; | UNID | | 3782,5600 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|----|---|------|--|-----------|
| | <p>k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u>;</p> <p>l) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 2. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J55 Chassi:9BD358AGZPYM73009 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01348264354</p> <p>g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u>; i) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u>; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u>; l) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 3782,5600 |
| 3. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J61 Chassi:9BD358AGZPYM79026 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759284</p> <p>n) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; o) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u>; p) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); q) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u>; r) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u>; s) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 3782,5600 |
| 4. | <p>FIAT ARGO TREKKING;</p> <p>Placa: RKQ-9J63</p> | UNID | | 3782,5600 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|----|--|------|--|-----------|
| | <p>Chassi:9BD358AGZPYM77393 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759969</p> <p>t) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; u) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; v) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); w) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; x) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; y) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 5. | <p>FIAT ARGO TREKKING; Placa: RKQ-9J62 Chassi:9BD358AGZPYM78748 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD: 23/23 RENAVAM: 01350759683</p> <p>x) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; y) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; z) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); aa) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; y) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 3782,5600 |
| 6. | <p>FIAT ARGO TREKKING; Placa: RKQ-9J64 Chassi:9BD358AGZPYM77645 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO BANCHISA FAB/MOD:</p> | UNID | | 3782,5600 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|----|---|------|--|------------|
| | <p>23/23 RENAVAM: 01350760290</p> <p>z) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;aa) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; bb) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); cc) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;dd) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; ee) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 7. | <p>FIAT TORO FREEDOM;</p> <p>Placa: RKQ-9J56 Chassi:9882261RPPKE91764 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: TORO FREEDOM AT9 4X4 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO BANCHISAFAB/MOD: 22/23 RENAVAM: 01348265571</p> <p>g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 6347,2100 |
| 8. | <p>MERCEDES-BENZ SPRINTER 415 CDI;</p> <p>Placa: KZK-7226 Chassi: 8AC906633KE156423 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: 415 CDI SPRINTER MARCA: MERCEDES-BENZ COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01160136162</p> <p>g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais</p> | UNID | | 11630,5200 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|--|------|--|-----------|
| | <p>– R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;</p> <p>i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> <p>j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> <p>k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</p> <p>l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 9. | <p>FIAT TORO FREEDOM;</p> <p>Placa: LMY-8H28</p> <p>Chassi: 988226165KKC64351</p> <p>Tipo: CAMINHONETE</p> <p>Especie: PASSAGEIRO</p> <p>MODELO: TORO FREEDOM AT9</p> <p>MARCA: FIAT</p> <p>COMBUSTIVEL: DIESEL</p> <p>Cor: PRATA</p> <p>FAB/MOD: 19/19</p> <p>RENAVAM: 01200140955</p> <p>g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;</p> <p>h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais</p> <p>– R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;</p> <p>i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> <p>j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> <p>k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</p> <p>l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 5068,3050 |
| 10. | <p>FIAT TORO FREEDOM;</p> <p>Placa: LMN-2532</p> <p>Chassi: 988226125JKB71893</p> <p>Tipo: CAMINHONETE</p> <p>Especie: PASSAGEIRO</p> <p>MODELO: TORO FREEDOM MT D4</p> <p>MARCA: FIAT</p> <p>COMBUSTIVEL: DIESEL</p> <p>Cor: BRANCO</p> <p>FAB/MOD: 17/18</p> <p>RENAVAM: 01147631783</p> <p>g) A Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;</p> <p>h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais</p> <p>– R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;</p> <p>i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</p> <p>j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> <p>k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</p> <p>l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;</p> <p>Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 4631,7550 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|--|------|--|-------------------|
| 11. | <p>RENAULT KWID;</p> <p>Placa: RIR-3A66 Chassi: 93YRBB001MJ773699 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: KWID ZEN 1.0 MT MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 20/21 RENAVAM: 01256498359</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | 4151,5300 |
| 12. | <p>RENAULT MASTER NIKS;</p> <p>Placa: RKR-0E56 Chassi: 93YMAF4XELJ079571 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER NIKS 16 PMARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 19/20 RENAVAM: 01226109702</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 11934,2150 |
| 13. | <p>RENAULT MASTER NIKS;</p> <p>Placa: RKF-0F94 Chassi: 93YMAF4XELJ079575 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO:</p> | UNID | | 11934,2150 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|---|------|--|-----------|
| | <p>MASTER NIKS 16 PMARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 19/20 RENAVAM: 01225769571</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 14. | <p>VOLKSWAGEN KOMBI;</p> <p>Placa: LLE-9482 Chassi: 9BWMF07X6AP021520 Tipo: CAMIONETA Especie: PASSAGEIRO MODELO: KOMBI MARCA: VOLKSWAGEN COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 10/10 RENAVAM: 00224141546</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 3304,6100 |
| 15. | <p>CHEVROLET CELTA LT;</p> <p>Placa: LPV-8780 Chassi: 9BGRP48F0CG161217 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: CELTA 1.0L LT MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 11/12 RENAVAM: 00327080418</p> | UNID | | 1521,2250 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|--|------|--|-----------|
| | <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | | | |
| 16. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E88 Chassi: 9BGCA8030KB125692 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173992836</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 5700,0250 |
| 17. | <p>CHEVROLET MONTANA ;</p> <p>Placa: LMQ-5E89 Chassi: 9BGCA8030KB121425 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173996939</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</p> | UNID | | 5700,0250 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|--|------|--|-----------|
| | k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; l) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL . | | | |
| 18. | CHEVROLET MONTANA ; Placa: LMQ-5E78 Chassi: 9BGCA8030KB125405 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173992178 g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u> ; i) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; l) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL . | UNID | | 5700,0250 |
| 19. | 5700 | UNID | | 5700,0250 |
| 20. | CHEVROLET MONTANA ; Placa: LMQ-5E84 Chassi: 9BGCA8030KB139774 Tipo: CAMINHONETE Especie: ESPECIAL MODELO: MONTANA RAYTEC AMBULANCIA MARCA: CHEVROLET COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01173995088 g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – <u>R\$ 200.000,00</u> e Danos Corporais – <u>R\$ 5.000,00</u> ; i) Cobertura de casco: <u>100% (cem por cento)</u> da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): <u>até 400 km</u> ; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: <u>Sim</u> ; l) APP (morte e invalidez) de <u>R\$ 10.000,00</u> por ocupante; Franquia: NORMAL . | UNID | | 5700,0250 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | | |
|-----|--|------|--|-----------|
| 21. | <p>TOYOTA ETIOS ;</p> <p>Placa: RIO-3A52 Chassi: 9BRK19BT1K2119533 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ETIOS HB X VSC MT MARCA: TOYOTA COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01164601692</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 4075,9350 |
| 22. | <p>TOYOTA ETIOS ;</p> <p>Placa: RIO-3A57 Chassi: 9BRK19BT2K2119928 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO MODELO: ETIOS HB X VSC MT MARCA: TOYOTA COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 18/19 RENAVAM: 01164616657</p> <p>g) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL.</p> | UNID | | 4075,9350 |
| 23. | <p>FORD FIESTA ;</p> <p>Placa: KOS-4872 Chassi: 9BFZF54P4C8244305 Tipo: AUTOMOVEL Especie: PASSAGEIRO</p> | UNID | | 2084,5067 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

| | | | |
|---|--|--|--|
| MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX MARCA: FORD COMBUSTIVEL: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCO FAB/MOD: 11/12 RENAVAM: 00462701913 g) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; h) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00 ; i) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); j) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km ; k) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim ; l) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL . | | | |
|---|--|--|--|

CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO:

O seguro a ser contratado deverá atender a estas “Condições Gerais do Seguro”, abrangendo, em relação todos os veículos, as modalidades: Automóvel cobertura “Compreensiva – (colisão, incêndio, roubo/furto)”, “Responsabilidade Civil Facultativa. – Danos Materiais”, “Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Corporais”, RD – Risco Diversos – equipamentos móveis e “Assistência 24 horas”, como segue:

- a) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;
- b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 5.000,00;
- c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);
- d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;
- e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;
- f) APP (morte e invalidez) de R\$ 10.000,00 por ocupante;
- g) Franquia: NORMAL.

CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS, OBJETIVO DO SEGURO E LIMITE DE RESPONSABILIDADE

Pela apólice de Seguro de Automóveis, a Seguradora garante os veículos nela mencionados, contra prejuízos e despesas devidamente comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das Importâncias Seguradas respectivas fixadas pelo Segurado, as quais não implicam, por parte da Seguradora, em reconhecimento de prévia determinação de valores, mas constituem, apenas, a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis, de acordo com as condições a seguir enumeradas.

RISCOS COBERTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

Para os fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos aqueles expressamente convencionados nas Cláusulas-Padrão de Cobertura ratificadas no texto da apólice e que dela fazem parte integrante e inseparável e que ocorram dentro do território brasileiro, salvo expressa menção em contrário.

OBRIGAÇÕES DO SEGURO

• Ocorrência de sinistro

Em caso de sinistro coberto por esta apólice, o Segurado obriga-se a cumprir as seguintes disposições:

- a) Tomar, o mais depressa possível, todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos;
- b) Dar imediato aviso às autoridades policiais, em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial do veículo segurado;
- c) Dar imediato aviso à Seguradora, pelo meio mais rápido de que dispuser, entregando-lhe devidamente preenchido formulário de AVISO DE SINISTROS, fornecido para esse fim, no qual deverá fazer o relato completo e minucioso do fato mencionado: dia, hora, local exato e circunstância do acidente; nome endereço e carteira de habilitação de quem dirigia o veículo; nome e endereço de testemunhas, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para o esclarecimento a respeito da ocorrência, bem como declarar a eventual existência de outros seguros em vigor sobre o mesmo veículo; d) Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos.

• Conservação dos veículos

O Segurado obriga-se a manter o veículo em bom estado de conservação e segurança.

• Alterações

O Segurado obriga-se a comunicar à Seguradora imediatamente e por escrito quaisquer fatos ou alterações verificadas durante a vigência desta apólice com referência aos veículos segurados, tais como:

- a) Contratação ou cancelamento de quaisquer outros seguros sobre o veículo;
- b) Transferência de posse ou propriedade do veículo segurado;
- c) Alterações no próprio veículo ou no uso do mesmo.

NOTA: A responsabilidade da Seguradora somente prevalecerá na hipótese de concordar, expressamente, com as alterações que lhe forem comunicadas, efetuando as necessárias modificações na apólice, por endosso.

PAGAMENTO DO PRÊMIO

- a) Fica entendido e ajustado que pagamento de indenização, por força do presente Contrato, somente será efetuado após a quitação pontual do prêmio pelo Segurado.
- b) A data limite para pagamento do prêmio não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, da fatura ou documento de cobrança, do aditivo de renovação ou endossos dos quais resultem aumentos do valor do prêmio.
- c) Quando a data limite cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

d) Decorridos os prazos referidos nos itens anteriores sem que tenha sido quitada a Nota de Seguro, o contrato ou aditamento a ele referente ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba restituição de qualquer parcela de prêmio já paga.

e) A presente cláusula prevalece sobre quaisquer outras condições que dispuserem em contrário.

BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

Ficam excluídos do presente seguro, salvo estipulação expressa:

- a) Os rádios e/ou toca-fitas conjugados ou não, originais de fábrica ou não, carrocerias e equipamentos especiais;
- b) Os equipamentos destinados a um fim específico não relacionado com a locomoção do veículo.

PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS

A SEGURADORA NÃO INDENIZARÁ:

- a) Perdas ou danos decorrentes de atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição, requisição ou apreensão efetiva por autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, e todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, não respondendo ainda por quaisquer prejuízos relacionados com tumultos, motins, greves, "lockout" e quaisquer outras perturbações de ordem pública;
- b) Perdas e danos causados por qualquer convulsão da natureza, salvo as expressamente previstas nas cláusulas-padrão de cobertura da apólice;
- c) Desgastes, depreciações pelo uso, falhas de material, defeitos mecânicos ou da instalação elétrica do veículo segurado;
- d) Lucros cessantes e danos resultantes de paralisação do veículo segurado, mesmo quando em consequência de qualquer risco coberto por esta apólice;
- e) Qualquer perda, destruição ou dano de bens materiais, prejuízo ou despesas emergentes, dano consequente, responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados ou resultantes de radiações, ionizantes ou de contaminação pela radioatividade de combustível nuclear, bem como perda e destruição, danos ou responsabilidade legais, direta ou indiretamente causados ou resultantes de material de armas nucleares, ficando, ainda, entendido que, para fins desta exclusão, "combustão" abrange qualquer processo auto sustentador de fissão nuclear;
- f) Perdas ou danos de pneus e câmaras de ar, salvo nos casos de incêndio e de roubo ou furto total do veículo segurado;
- g) Perdas ou danos ocorridos durante a participação do veículo segurado em competições, apostas e provas de velocidades legalmente autorizadas ou não;
- h) Perdas ou danos sofridos pelo veículo segurado, quando estiver sendo rebocado por veículo não apropriado a esse fim;
- i) Despesas que não sejam estritamente necessárias para reparo do veículo e seu retorno às condições imediatamente anteriores ao sinistro;
- j) Perdas ou danos causados pela queda, deslizamento ou vazamento da carga transportada, salvo quando consequente a um dos riscos cobertos por esta apólice.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

PERDAS DE DIREITOS

Além dos casos previstos em lei, a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação decorrente deste contrato se:

- a) o segurado não fizer declarações verdadeiras e completas ou omitir circunstâncias de seu conhecimento que pudessem ter influído na aceitação da proposta ou nos enquadramentos tarifários do risco;
- b) o Segurado deixar de cumprir as obrigações convencionadas nesta apólice;
- c) o veículo segurado estiver sendo dirigido por pessoa que não possua habilitação legal e apropriada para conduzir ou que esteja sob ação de álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional ou habitual;
- d) o veículo for usado para fim diverso do indicado nesta apólice;
- e) o sinistro for devido à culpa grave ou dolo do segurado;
- f) o segurado por qualquer meio procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere esta apólice.

LIQUIDAÇÃO DE SINISTRO

A liquidação de qualquer sinistro coberto por esta apólice processar-se-á consoante as seguintes regras:

- a) Indenizar em moeda corrente;
- b) Mandar reparar danos;
- c) Substituir o veículo por outro equivalente.

Sendo necessária a substituição de peças de veículo não existente no mercado brasileiro, a Seguradora poderá:

- a) Mandar fabricar tais peças;
- b) Pagará o custo da mão-de-obra para a sua colocação e o valor de tais peças fixadas de acordo com: o preço constante da última lista de fornecedores tradicionais do mercado brasileiro; na hipótese de não ser possível o previsto no item "b.1" acima, o preço pela última lista do respectivo fabricante no país de origem, ao câmbio em vigor na data da liquidação do sinistro mais despesas inerentes à importação devidamente comprovadas;

Na hipótese de não ser também possível o previsto no item "b.2" acima, o custo de peças similares existentes no mercado brasileiro.

A inexistência de peças no mercado não implicará no enquadramento do sinistro como perda total.

Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a seguradora indenizará o Segurado em moeda corrente ou entregar-lhe-á outro veículo equivalente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

No caso de Perda Total, roubo, ou furto total, sem prejuízo das demais obrigações estipuladas nesta apólice, qualquer indenização somente será paga mediante apresentação dos documentos que comprovem os direitos de propriedade, livre e desembaraçada de qualquer ônus, sobre o veículo sinistrado e, em caso de veículos importados, a prova da liberação alfandegária definitiva.

OCORRENDO A PERDA TOTAL DO VEÍCULO, A INDENIZAÇÃO LIMITAR-SE-Á AO VALOR MÉDIO DO MERCADO NA DATA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO, CONSIDERANDO-SE TIPO, ANO DE FABRICAÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO, ACRESCIDO DAS DESPESAS DE SOCORRO E SALVAMENTO PORVENTURA EXISTENTES. EM HIPÓTESE ALGUMA ESTA INDENIZAÇÃO PODERÁ ULTRAPASSAR A IMPORTÂNCIA SEGURADA DO CASCO DO VEÍCULO.

Não obstante o disposto no parágrafo anterior, para os veículos novos, ocorrendo Perda Total, a indenização será pelo valor do veículo novo de idênticas características, na data da liquidação do sinistro, desde que satisfaça todas as seguintes condições:

- a) A cobertura do segurado tenha sido iniciada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de retirada do veículo do revendedor ou concessionário autorizado pelo fabricante.
- b) A Perda Total tenha ocorrido dentro do prazo de 06 (seis) meses, contados da data da quitação do veículo em revendedor ou concessionário autorizado pelo fabricante e esteja em vigor a garantia concedida pelo mesmo.

Na hipótese de impossibilidade de substituição do veículo por outro de idênticas características, a indenização corresponderá à importância segurada, limitada ao valor médio de mercado do veículo objeto do seguro, vigente na data de liquidação.

PERDA TOTAL

Ocorre Perda Total do veículo, por colisão, incêndio e outras causas, sempre que o valor dos prejuízos acrescidos das despesas de socorro ou salvamento for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento)

do valor médio de mercado do veículo do mesmo ano, marca, modelo e estado de conservação.

A INDENIZAÇÃO POR PERDA TOTAL, SEJA QUAL FOR A NATUREZA, OBEDECERÁ

AO VALOR MÁXIMO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA, observando o seguinte:

- a) será indenizada a importância segurada, se esta for inferior ao valor médio de preço de mercado;
- b) será indenizado o preço médio de mercado do veículo, se este for inferior à importância segurada.

SALVADOS

- a) Ocorrido sinistro que atinja o veículo segurado por esta apólice, a Seguradora não poderá abandonar os salvados.
- b) A Seguradora poderá, de acordo com o Segurado, providenciar o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto, entendido e concordado que quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão reconhecimento da obrigação de indenizar os danos ocorridos.
- c) No caso de indenização por Perda Total ou substituição de peças ou partes dos veículos, os salvados (veículo sinistrado, peças ou partes substituídas, conforme o caso) pertencerão à Seguradora.

INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Comissão Permanente de Licitação

Quando na data de ocorrência de um sinistro existir outros seguros sobre o veículo mencionado nesta apólice, a Seguradora indenizará as perdas sofridas pelo Segurado, na proporção existente entre a importância que houver garantido para os riscos ocorridos e a totalidade de importância Segurada por todas as apólices em vigor naquela data.

SUB- ROGAÇÃO DE DIREITOS

Efetuada o pagamento de indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a Seguradora ficará sub-rogada, até o limite da indenização paga, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenham causado os prejuízos suportados pela Seguradora ou para eles concorridos, obrigando-se o Segurado a facilitar os meios necessários ao exercício dessa sub-rogação.

RESCISÃO E CANCELAMENTO

Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes contratantes e obtida a concordância da outra parte, observadas as disposições seguintes:

a) na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a tabela de prazo curto da tarifa em vigor.

b) na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora, além dos emolumentos, esta reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

A cobertura prevista nesta apólice ficará AUTOMATICAMENTE CANCELADA, sem qualquer restituição de prêmios e emolumentos, quando:

a) por falta de pagamento, conforme a hipótese prevista na alínea “d” da Cláusula de Pagamento do Prêmio, destas Condições Gerais;

b) ocorrer a PERDA TOTAL do veículo segurado;

c) a indenização ou soma das indenizações pagas com referência a cada veículo segurado atingir ou ultrapassar a respectiva importância segurada.

d) Franquia do casco prevista nesta apólice será deduzida das indenizações devidas por prejuízos parciais ou perda total dos referidos acessórios, exceto para rádios e/ou toca-fitas, carrocerias e equipamentos especiais que estarão sujeitos à liquidação de franquias específicas.

e) Quando se tratar de rádio e/ou toca-fitas, somente haverá cobertura parcial ou total destes acessórios, se contratados com a Cobertura nº. 1 – Compreensiva com Franquia Obrigatória. Na Compreensiva com Franquia Facultativa, estes acessórios terão cobertura se houver perda total do veículo.

f) Em caso de seguros contratados sob a Cobertura Básica nº. 2 – Incêndio e Roubo não estarão cobertos o roubo ou furto de acessórios, carrocerias e/ou equipamentos, sem que tenha havido roubo ou furto total do veículo.

g) Importâncias Seguradas Indicadas na apólice não implicam reconhecimento de prévia determinação de valores, mas constituem apenas os limites máximos de indenizações atingíveis, de acordo com as condições de cobertura.

CLÁUSULA PADRÃO – FRANQUIA

Fica estipulado pela presente que o seguro está sujeito a uma franquia obrigatória, expressa em reais na apólice, dedutível de cada reclamação apresentada pelo Segurado, exceto nos casos de “Perda Total” e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

de prejuízos provenientes de raio e suas consequências, incêndio e explosões acidentais.

CLÁUSULA PADRÃO – CLÁUSULAS BENEFICIÁRIAS

- a) Fica entendido e acordado que toda e qualquer indenização devida por prejuízos sofridos pelo veículo a que se refere o presente seguro deverá ser paga diretamente ao credor ou ao beneficiário especificamente designado no contrato de seguro e, ainda, ao utilizador do veículo, desde que com expressa anuência do beneficiário ou do credor.
- b) Nos casos em que o pagamento for efetuado diretamente ao credor, caberá a este satisfazer quaisquer obrigações para com o utilizador do veículo, ou terceiros, em razão do contrato de financiamento existente.
- c) O presente seguro não poderá ser cancelado ou sofrer qualquer alteração sem prévia e expressa anuência do credor ou beneficiário.

CLÁUSULA PADRÃO – AVARIAS

Fica entendido e acordado que correrá por conta do Segurado a reparação das avarias já existentes no veículo, quando da contratação do seguro. As partes ou peças avariadas, bem como o valor da reparação constam na vistoria prévia realizada pela Seguradora.

Ocorrendo sinistro coberto pela apólice envolvendo aquelas partes ou peças, ainda reparadas, o valor constante da Vistoria Prévia será deduzido da indenização a ser paga.

CLÁUSULA PADRÃO – RESTRIÇÕES DE COBERTURA

Fica entendido e acordado que, sendo o uso do veículo destinado ao transporte exclusivo de bens de propriedade do Segurado, ou bens por ele industrializados, não haverá cobertura para sinistros ocorridos se, na ocasião do evento, o veículo estiver sendo utilizado para transporte de bens de terceiros a frete.

3. Condições de garantia ou assistência técnica do objeto:

A Secretaria Municipal de saúde rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o exigido na descrição de cada produto.

O prazo de garantia dos veículos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data de emissão da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação.

A empresa vencedora deverá prestar ou apresentar relação das empresas que prestarão assistência técnica nos equipamentos durante o prazo de garantia, com reposição de peças originais (quando for o caso) no momento da entrega, anexada junto à nota fiscal.

A empresa se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o veículo em até 10 (dez) dias após a notificação.

O equipamento que apresentar qualquer defeito, não implicará aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

Para a comprovação da garantia deverá ser entregue o termo de garantia contratual, o qual deverá ser apresentado junto à nota fiscal, acompanhado do manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações, emitido pelo fabricante do equipamento

4. Do valor Estimado para a contratação:

O valor total estimado dos itens deverá ser levantado por meio de pesquisas de mercado, pelo Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, através de seu Departamento de Compras.

5. Documentos complementares ou específicos a serem exigidos das licitantes para participação na Licitação:

Apresentação de atestado de capacidade Técnica ou Certidão por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, apresentado em papel timbrado do emitente, que comprove que a Empresa forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento, produtos da natureza e vulto similares, com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto contratado, conforme Art. 30 da Lei Federal nº8666/93 e alterações posteriores;

6. Prazo de entrega:

O prazo de fornecimento dos produtos solicitados será de 10(dez) dias úteis e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pela Secretaria solicitante.

A vencedora DEVERÁ cumprir o prazo de entrega, estabelecido neste termo de referência e futuro contrato.

7. Condições de entrega:

Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade do fornecedor. A movimentação dos materiais até as dependências do depósito dos Almoxarifados é de inteira responsabilidade do fornecedor ou da transportadora, não sendo a Prefeitura responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

Os materiais serão recebidos provisoriamente, pelo Setor de Almoxarifado, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado. Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada pelo fornecedor.

Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os itens deverão ser substituídos, por conta e ônus do fornecedor, em no máximo 05 (cinco) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade do fornecedor pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

8. Local de entrega, com endereço completo:

A entrega será feita na Secretaria Municipal de Saúde. Endereço: Rua Philomena Cyrilo, 50 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana/RJ, Telefone: (22) 3833-9650, no horário compreendido entre 08 e 14 horas, em dias úteis.

9. Amostras

() Sim (X) Não

10. Laudo técnico

() Sim (X) Não

11. Condições, prazos e documentos exigidos para o pagamento do bem entregue ou do serviço público:

Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da lei 8.666/93

12. Indicação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 10.301.0106.2737.2737

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 629

Fonte: 621.621

Recurso:

() Municipal (X) Estadual -100% () Federal () Convênio

13. Do controle e fiscalização da execução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

13.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. A fiscalização da futura Ata de Registro de Preços e do Contrato dela decorrente, ficará a cargo dos seguintes servidores:

1.4.1. A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, o servidor Heitor Tavares Provette, CPF: 145.279.147-31, Mat 9388

ANEXO – II

DA MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XX

PROCESSO UNIFICADO Nº 14742/203

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, como CONTRATANTE, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

situada à Rua Philomena Cyrillo, 50, Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-4503, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo Exma. Sr. Secretária Municipal, _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 1.678, de 19/08/2020, e de acordo com o que consta do Processo nº 14742/2023, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 1.1. Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA PRESTAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULAR – VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ.**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE. | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO GLOBAL |
|------|-----------|-----|-------|-------|----------------|--------------|
| | | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 2.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO:

- 3.1. Conforme apurado no processo licitatório, a Contratante pagará à Contratada a importância total de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX)**;

- 3.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n. 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei n. 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

4.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, **na medida da entrega do (s) objeto (s)**, conforme estabelecido no Edital do processo licitatório, através de processos devidamente formalizados, conforme a legislação vigente.

4.2. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante.

4.3. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e as alterações posteriores, e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.4. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do fundo Municipal de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, o valor devido será acrescido de 0,1 % a título de multa, além de 0,033%, por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

4.5. Caso a Prefeitura antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033% por dia de antecipação.

4.6. Decorrido o prazo de 01 (um) ano da data da apresentação da proposta, caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão, poderá a contratada fazer jus ao reajuste para correção monetária do preço pactuado neste CONTRATO, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

5.1. **A vigência do Contrato terá início na data de sua assinatura, encerrando-se após 12 (doze) meses, ou seja, de ____/____/____ até ____/____/____**, prazo este que, no interesse da Administração, poderá ser prorrogado através do termo aditivo, mantidas as prerrogativas da Lei nº 8.666/93, art. 57.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO (S) OBJETO (S):

6.1. As apólices de seguro deverão ser entregues à Secretaria solicitante, no horário compreendido entre 08 e 16 horas, em dias úteis, conforme estabelecido no Edital que deu origem ao presente Contrato.

6.2. O (s) objeto (s) deverá (ão) ser entregue (s) respeitando o (s) seguinte (s) prazo (s) de garantia/validade: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e transporte para o (s) objeto (s).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS FONTES DE RECURSOS:

7.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 10.301.0106.2737.2737

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 629

Fonte: 621.621



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

7.2. A (s) dotação (ões) informada (s) acima poderá (ão) ser adaptada (s) para atender o exercício seguinte;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. Compete à contratada:

8.1.1. Pagar todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, especialmente quanto ao INSS, FGTS e ISS, como estabelecido na legislação em vigor.

8.1.2. A Contratada deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente Contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

8.2. Compete a Contratante:

8.2.1. Pagar à Contratada o preço estabelecido na cláusula terceira, nos termos deste Contrato;

8.2.2. Designar servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1. Durante a execução do Contrato poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do contrato;

9.1.3. Suspensão para contratar com a Administração;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública;

9.1.5. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso. As multas serão calculadas pelo valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. A Contratante poderá declarar rescindido o Contrato, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito a qualquer indenização nos seguintes casos:

10.1.1. Inexecução total ou parcial do Contrato, ensejando as consequências contratuais e as previstas em Lei;

10.1.2. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

10.1.3. Atraso injustificado na entrega das mercadorias;

10.1.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Contratado com outrem, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;

10.1.5. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

10.1.6. Decretação de falência ou instauração de insolvência civil ou dissolução da sociedade;

10.1.7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

10.1.8. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

a) na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a tabela de prazo curto da tarifa em vigor.

b) na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora, além dos emolumentos, esta reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

A cobertura prevista nesta apólice ficará AUTOMATICAMENTE CANCELADA, sem qualquer restituição de prêmios e emolumentos, quando:

a) por falta de pagamento, conforme a hipótese prevista na alínea “d” da Cláusula de Pagamento do Prêmio, destas Condições Gerais;

b) ocorrer a PERDA TOTAL do veículo segurado;

c) a indenização ou soma das indenizações pagas com referência a cada veículo segurado atingir ou ultrapassar a respectiva importância segurada.

d) Franquia do casco prevista nesta apólice será deduzida das indenizações devidas por prejuízos parciais ou perda total dos referidos acessórios, exceto para rádios e/ou toca-fitas, carrocerias e equipamentos especiais que estarão sujeitos à liquidação de franquias específicas.

e) Quando se tratar de rádio e/ou toca-fitas, somente haverá cobertura parcial ou total destes acessórios, se contratados com a Cobertura nº. 1 – Compreensiva com Franquia Obrigatória. Na Compreensiva com Franquia Facultativa, estes acessórios terão cobertura se houver perda total do veículo.

f) Em caso de seguros contratados sob a Cobertura Básica nº. 2 – Incêndio e Roubo não estarão cobertos o roubo ou furto de acessórios, carrocerias e/ou equipamentos, sem que tenha havido roubo ou furto total do veículo.

g) Importâncias Seguradas Indicadas na apólice não implicam reconhecimento de prévia determinação de valores, mas constituem apenas os limites máximos de indenizações atingíveis, de acordo com as condições de cobertura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FRANQUIA

Fica estipulado pela presente que o seguro está sujeito a uma franquia obrigatória, expressa em reais na apólice, dedutível de cada reclamação apresentada pelo Segurado, exceto nos casos de “Perda Total” e de prejuízos provenientes de raio e suas consequências, incêndio e explosões acidentais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CLÁUSULAS BENEFICIÁRIAS

- a) Fica entendido e acordado que toda e qualquer indenização devida por prejuízos sofridos pelo veículo a que se refere o presente seguro deverá ser paga diretamente ao credor ou ao beneficiário especificamente designado no contrato de seguro e, ainda, ao utilizador do veículo, desde que com expressa anuência do beneficiário ou do credor.
- b) Nos casos em que o pagamento for efetuado diretamente ao credor, caberá a este satisfazer quaisquer obrigações para com o utilizador do veículo, ou terceiros, em razão do contrato de financiamento existente.
- c) O presente seguro não poderá ser cancelado ou sofrer qualquer alteração sem prévia e expressa anuência do credor ou beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AVARIAS

Fica entendido e acordado que correrá por conta do Segurado a reparação das avarias já existentes no veículo, quando da contratação do seguro. As partes ou peças avariadas, bem como o valor da reparação constam na vistoria prévia realizada pela Seguradora.

Ocorrendo sinistro coberto pela apólice envolvendo aquelas partes ou peças, ainda reparadas, o valor constante da Vistoria Prévia será deduzido da indenização a ser paga.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESTRIÇÕES DE COBERTURA

Fica entendido e acordado que, sendo o uso do veículo destinado ao transporte exclusivo de bens de propriedade do Segurado, ou bens por ele industrializados, não haverá cobertura para sinistros ocorridos se, na ocasião do evento, o veículo estiver sendo utilizado para transporte de bens de terceiros a frete.

10.2. A Contratante poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada, recebendo a Contratada, neste caso, os valores correspondentes às mercadorias já entregues até a data da rescisão.

10.3. A rescisão do contrato poderá ainda ocorrer nos termos e de acordo com o presente nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS:

11.1. Os recursos, representações e pedidos de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Heitor Tavares Provette, CPF: 145.279.147-31, Mat 9388, que deverão atestar o recebimento do (s) objeto (s) licitado, sem o que não será permitido qualquer pagamento, sendo designado um servidor municipal para tal fim, ou seja, quanto ao seu cumprimento e regularidade, devendo ainda anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário a regularização dos problemas observados de acordo com o disposto nos arts. 67, 68, 69 e 76 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada a todas as condições impostas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

13.1. Fica o Contratado obrigado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO:

14.1. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

14.2. A **Secretaria solicitante** se reserva no direito de não adquirir em sua totalidade os objetos licitados.

14.2. Os casos omissos no presente contrato serão dirimidos pelo Edital, termo de referência e pela legislação própria em vigor, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como a Lei 10.520/02.

14.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.4. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Bom Jesus do Itabapoana-RJ, **XX/XX/XXXX**.

Márcia Alessandra da Silva Azevedo
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representada por XXXXXXXXXX

CONTRATADA

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÕES CONSOLIDADA

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2023

Objeto:

Sessão Pública: _____, às _____ min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

DECLARAÇÕES CONSOLIDADAS

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____; localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins em conformidade com a Lei nº 8.666/93:

- 1) Que em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo, 27 da Lei 8666/93, não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- 2) Que nenhum dos sócios e/ou diretores desta empresa ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Bom Jesus do Itabapoana /RJ.
- 3) Que a empresa não possui em seu quadro de empregados servidor público da ativa, ou dirigente do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, exercendo funções de gerencia, chefia, assessoramento, administração ou tomada de decisão por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.
- 4) Inexistência de fatos superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art.32,§2º, da Lei 8.666/93.
- 5) Que sob as penas do art. 299 do Código Penal, teremos a disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, o objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto na Ata ou contrato, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos.
- 6) Que estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no edital e seus anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xxxxxx.
- 7) Que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, bem como aceitamos na integra todas as condições deste edital, ressalvado o nosso direito recursal.
- 8) Que não estamos em inadimplência com a execução de serviços ou fornecimento de bens, nem descumprimos qualquer contratação com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal, ou seja, não fomos declaradas inidônea pelo Poder Público, em qualquer esfera.
- 9) Que cumpre todos os requisitos de habilitação solicitados no instrumento convocatório.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, XX de XXXX de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação

Assinatura do Representante Legal Nome: _____ RG__ CPF__

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 (dezesesseis) anos na condição de aprendiz deverá declarar expressamente.

ANEXO V – MODELO

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.XXXX/2023

Sessão Pública: XX/XX/2022, às XXhXXmin.

Objeto:

ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa com sede na (Endereço completo), constituída na Junta Comercial em / /, sob NIRE nº. e inscrita no CNPJ sob nº. , por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) , portador (a) da Cédula de Identidade nº e do CPF nº. , declara para os devidos fins:

Que se **ENQUADRA** como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, está apto a usufruir do tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar nº. 123/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, LC 147/2014.

Que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006,

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, (CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial ou opção do Simples) para comprovação da condição na forma do art.8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio -DNRC.

, XX de XXXX de 2023

Assinatura do Representante Legal Nome: RG CPF